

ONCOLOGIA

Aumentam ações na Justiça por um tratamento

Do agendamento de consultas às cirurgias, passando por exames e medicamentos, pacientes de câncer são os que mais têm recorrido à Defensoria Pública em busca de atendimento na rede pública do DF

» CORREIO BRAZILIENSE
ALUNOS DO 1º CURSO
JORNALISMO NA PRÁTICA,
ESPECIAL PARA O CORREIO*

O volume de ações judiciais para agendamento de consultas oncológicas na rede pública de saúde do Distrito Federal, entre janeiro e setembro deste ano, ultrapassa o total de processos protocolados pela Defensoria Pública (DPDF) em todo o ano passado. Os dados, obtidos com exclusividade pelo **Correio Braziliense**, mostram um aumento de 40% em relação ao mesmo período de 2022, quando o número total de ações para agendar consultas com oncologistas chegou a 226. “Fazemos ações de oncologia clínica todos os dias”, afirma Sara Maleiner, defensora do Núcleo de Assistência Jurídica (NAJ) de Defesa da Saúde da DPDF.

A rotina na Defensoria Pública reforça o que havia sido identificado pelo levantamento realizado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) entre abril de 2021 e abril de 2023: do agendamento de consultas às cirurgias, passando por exames e medicamentos, pacientes de câncer são os que mais têm recorrido à Justiça para obter atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) no DF. “Em todos os níveis (do tratamento), há um excesso de demandas e problemas para poder atender todos os pacientes”, afirma a defensora Sara.

O crescimento na judicialização de demandas da população por serviços de saúde na rede pública, no entanto, é generalizado, de acordo com o levantamento do MPDFT com base em dados da 5ª e da 6ª Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde. Entre abril de 2021 e abril de 2023, houve um aumento de quase 65% no número de ações ajuizadas relacionadas à saúde pública em relação ao biênio anterior. Questionada pelo **Correio** sobre o número crescente de ações judiciais na área da saúde, a secretária de Saúde, Lucilene Florêncio, disse que se tratam majoritariamente de “medicamentos e práticas que ainda não estão padronizadas”, ou seja, que não estão disponíveis continuamente no SUS.

Moradora de Águas Lindas de Goiás, no Entorno, Patrícia de Oliveira Braga, 43 anos, solicitou uma consulta oncológica pelo SUS em outubro de 2022, após descobrir um nódulo nos seios. “Meu nome está até agora na fila de espera do SUS para fazer a biópsia, não me chamaram até hoje”, conta a profissional autônoma. Por meio da Associação Brasileira de Apoio ao Paciente com Câncer (ABAC), conseguiu consultar-se com um oncologista, realizar biópsia e quimioterapia.

Em setembro deste ano, após um mês na fila do SUS para realizar a cirurgia de retirada do nódulo na mama, decidiu recorrer à Justiça. “Uma semana depois, veio a resposta dizendo que a fila está grande e que tem gente esperando desde 2016. Pensei assim: já deve ter morrido, né?”. Dois meses

Carlos Vieira/CB/D.A.Press



40%

Aumento de processos na Justiça por uma consulta oncológica na rede pública

Meu nome está até agora na fila de espera do SUS para fazer a biópsia, não me chamaram até hoje”

Patrícia de Oliveira

depois de entrar com a ação na Justiça, Patrícia realizou a cirurgia no Hospital de Base.

Na avaliação da promotora Hiza Carpina, do MPDFT, o aumento da judicialização de demandas de pacientes com câncer reflete o desconhecimento

do caminho que o paciente percorre para a assistência à saúde oncológica no Distrito Federal. “Não há, hoje, uma linha de cuidado do paciente oncológico estruturada na rede de saúde do Distrito Federal, e a Secretaria (de Saúde) precisa construir

isso para que a população compreenda como funciona e quais são os passos que ela vai seguir para iniciar e dar sequência ao tratamento do câncer até receber alta”, afirma.

O mapeamento feito pelo MPDFT mostra a oncologia

clínica em primeiro lugar dentre os pedidos de consulta, com 437 ações em dois anos. É mais que o dobro dos processos abertos para agendar uma consulta com um oftalmologista, que aparece em segundo lugar, com 190 ações ajuizadas no mesmo

período. Quando se trata de obter medicamentos na rede pública, a enfermidade que concentra o maior número de ações judiciais é, novamente, o câncer. Os pedidos de medicamentos para tratar neoplasias (cânceres), como rituximabe e bortezomibe, representam mais que o dobro das demandas por remédios para doenças do sistema nervoso.

Dentre os exames solicitados via judicial, a liderança absoluta é da tomografia, amplamente utilizada para diagnóstico de câncer. Nas demandas de terapias, o total de ações judiciais para garantir acesso a braquiterapia, quimioterapia, radioterapia e imunoterapia — todos tratamentos para cânceres — na rede pública de saúde excede os 122 processos abertos para acesso à oxigenoterapia, isoladamente a terapia com mais demandas judiciais no DF (confira infográfico na página 14).

Ainda em recuperação da cirurgia de retirada de um nódulo na mama, a paciente Patrícia Braga já pensa em acionar a Justiça para agilizar a radioterapia no SUS. “É um retorno muito demorado e difícil. E muitas mulheres não sabem que podem entrar pedindo essa ajuda pela Defensoria, a maioria não sabe que tem esse direito”, ressalta ela.

Fundadora e presidente da ONG Oncoguia, a psico-oncologista Luciana Holtz vê o levantamento do MPDFT como uma fotografia dos problemas existentes em toda a linha de cuidado do paciente de câncer. “No nosso dia a dia, o que a gente mais vê é esse paciente perdido. Ele está lá esperando, esperando, esperando, e, enquanto ele espera, a doença avança”, diz.

Foi o que aconteceu com o paciente José Ferreira, 66. Em 2017, ele procurou atendimento no Hospital Regional do Gama, onde foi encaminhado para um médico urologista. A consulta pelo SUS demorou tanto que a família recorreu à rede particular. “Foi aí que o médico nos disse que o meu pai já tinha metástase óssea, ou seja, o câncer tinha se espalhado e a cirurgia para removê-lo não era mais eficaz”, conta a filha do paciente, Loreny Nobre. Três anos depois, ele faleceu em consequência do câncer.

Nos primeiros nove meses de 2023, foram ajuizadas 244 ações com pedidos de consultas oncológicas. No mesmo período do ano anterior, foram 172 processos. O aumento de 30% reflete a carência de médicos oncologistas e a falta de recursos na rede pública de saúde do DF, avalia a Defensoria. “Quando um oncologista se aposenta, vira uma crise, porque os pacientes que estavam marcados já não são atendidos. Se o médico tira uma licença, não tem substituto. Tudo é muito complicado nessa área, não é uma pessoa facilmente substituível”, explica a defensora Sara.

CONTINUA NA PÁGINA 14